

- b) Verificação de situação contributiva regularizada perante a Fazenda Pública e a Segurança Social;
- c) Verificação de situação regularizada em matéria de restituições no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- d) Informação de que foi dado início ou reinício às acções.

3 — O pedido de reembolso das despesas incorridas e pagas é efectuado com periodicidade bimestral, devendo a entidade beneficiária submeter no SIIFSE, até ao dia 10 do mês seguinte a que se refere o reembolso, um mapa de execução financeira e física.

4 — O somatório do adiantamento com os pagamentos intermédios de reembolso não pode exceder 85% do montante total aprovado para a candidatura.

5 — Os pedidos de reembolso devem ser elaborados nos termos previstos no n.º 4 do artigo 40.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

6 — A decisão sobre o processamento dos pagamentos do adiantamento e dos reembolsos compete à Comissão Directiva do POPH, após parecer do Secretariado Técnico.

7 — Os pagamentos ficam condicionados aos fluxos financeiros da Comissão Europeia, conforme estipulado no n.º 15 do artigo 40.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, bem como às condições previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2.

8 — A mudança de domicílio ou conta bancária da entidade beneficiária, sem comunicação à Comissão Directiva do POPH, no prazo de 30 dias, determina a suspensão de pagamentos.

Artigo 20.º

Informação anual sobre a execução e pedido de pagamento de saldo

1 — A entidade beneficiária fica obrigada a apresentar, até 15 de Fevereiro de cada ano, informação anual de execução, reportada a 31 de Dezembro do ano anterior, sobre a execução física e financeira da candidatura, de acordo com o estipulado no n.º 6 do artigo 40.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

2 — A formalização da informação anual de execução prevista nos termos do número anterior deve ser efectuada através da sua submissão ao SIIFSE.

3 — Deve ser apresentado um pedido de pagamento de saldo de cada candidatura até 45 dias após a data da sua conclusão.

4 — A formalização do pedido de pagamento de saldo deve ser efectuada através de submissão ao SIIFSE e envio ao Secretariado Técnico do respectivo Termo de Responsabilidade.

5 — O pedido de pagamento de saldo deve ser elaborado nos termos previstos no artigo 40.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

6 — O circuito de análise e decisão sobre o pedido de pagamento de saldo é idêntico ao circuito de análise e decisão da candidatura, devendo a decisão ser proferida pela Comissão Directiva do POPH nos 60 dias subsequentes à recepção do mesmo.

7 — O pagamento do saldo fica condicionado à verificação das condições previstas no n.º 7 do artigo 15.º

Disposições finais e transitórias

Artigo 21.º

Regras subsidiárias

Em tudo o que não se encontrar expressamente regulado no presente regulamento específico, aplica-se o disposto no Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, bem como as demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis à presente Tipologia de Intervenção e aos financiamentos do FSE.

202302573

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Despacho n.º 21024/2009

Por despacho conjunto da Directora-Geral da Administração e do Emprego Público e do director-geral do Emprego e das Relações de Trabalho, com o n.º 16496/2009, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Osvaldo Francisco Fernandes da Costa, após ter concluído com aproveitamento a 9.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), com efeitos a 26 de Junho de 2009.

A celebração do presente contrato é feita nos termos do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, ficando inserido na carreira geral de técnico superior, na 2.ª posição remuneratória e nível 15, a que corresponde o vencimento de 1201,48 euros.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.)

11 de Setembro de 2009. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

202297633

Direcção-Geral da Segurança Social

Declaração (extracto) n.º 322/2009

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 92/08, a fls. 83, 83 v.º e 84 do livro n.º 12, das Associações de Solidariedade Social, e considera-se efectuado em 7 de Setembro de 2009, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Associação Terra dos Sonhos;

Sede — Rua de Rodrigues Faria, 103, LX Factory — Edifício Normajeau — Lisboa.

14 de Setembro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Coordenadora Técnica, *Palmira Marques*.

302302605

Declaração (extracto) n.º 323/2009

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 54/09, a fls. 146 v.º e 147, do livro n.º 12, das Associações de Solidariedade Social, e considera-se efectuado em 7 de Setembro de 2009, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — APRILB — Associação de Pensionistas, Reformados e Idosos de Lomar Braga;

Sede — Rua da Bouça, 11, Lomar — Braga;

Fins — a protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

14 de Setembro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Coordenadora Técnica, *Palmira Marques*.

302302468

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Lisboa

Despacho n.º 21025/2009

Subdelegação de Poderes

Ao abrigo do preceituado nos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo n.º 3 do artigo 28.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pela Portaria n.º 638/2007 de 30 de Maio, e dos que me foram delegados pelo Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social, através da Deliberação n.º 2310/2008, de 30 de Junho, publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto, delegeo e subdelego, na Chefia do Sector da Adopção, do Núcleo de Infância e Juventude, da

Unidade de Desenvolvimento Social, licenciada Maria Fernanda Amador da Silva Salvaterra, poderes para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de gestão em geral, de gestão financeira e contabilidade e de administração e património, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas sobre a matéria:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, incluindo a correspondência dirigida aos tribunais, com excepção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares dos órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando as situações de mero expediente ou de natureza urgente;

1.2 — Despachar os planos e os relatórios anuais de actividades, no quadro do plano de actividades do ISS, I. P., e proceder à respectiva avaliação, nas áreas que lhe são próprias;

1.3 — Planear, programar e avaliar as actividades do Sector de Adopção, bem como elaborar os seus planos e relatórios de actividades;

1.4 — Desenvolver acções de modernização e melhoria da qualidade dos serviços prestados;

1.5 — Emitir declarações ou certidões relacionadas com situações no âmbito do respectivo sector.

2 — Em matéria de recursos humanos, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Directivo:

2.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;

2.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

2.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como o respectivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

2.4 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos da lei em vigor, em função do estatuto jurídico de trabalho em causa;

2.5 — Promover as acções adequadas ao exercício pelos interessados do direito à informação e à reclamação;

2.6 — Autorizar deslocações em serviço que não envolvam despesas com ajudas de custo;

3 — Em matéria de segurança social, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Directivo:

3.1 — Assegurar e executar os procedimentos e processos tendentes à instauração de adopções, designadamente autorizar os termos de aceitação/rejeição dos candidatos a adoptantes e assinar os certificados de pré-adopção, bem como dinamizar o recurso à adopção de crianças desprovidas de meio familiar;

3.2 — Prestar apoio aos tribunais em matéria de adopções;

3.3 — Inventariar e propor a realização de acções de formação específica.

A presente delegação produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2008, ficando, assim, por força dela, e ao abrigo do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo ratificados todos os actos que se insiram no seu âmbito, praticados pela delegada, desde essa data.

3 de Fevereiro de 2009. — A Directora de Segurança Social, *Rosa Maria Pimenta Araiço*.

202296864

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde
de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Despacho (extracto) n.º 21026/2009

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 2009/03/02, foi autorizada a passagem do regime de trabalho em tempo completo de 35 horas, para a dedicação exclusiva de 42 horas semanais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/1990 de 06/03, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007 de 23/02, com efeitos a 2009/03/01, a Maria Natália Ferreira Baptista Mota Climaco Pereira — Assistente Graduada da Carreira Médica de Clínica Geral, do

mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., — Centro de Saúde do Bombarral.

7 de Setembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

202298208

Despacho (extracto) n.º 21027/2009

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 2009/03/02, foi autorizada a passagem do regime de trabalho em tempo completo de 35 horas, para a dedicação exclusiva de 42 horas semanais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/1990 de 06/03, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007 de 23/02, com efeitos a 2009/03/01, a Maria de Lurdes Pereira Pinhão — Assistente Graduada da Carreira Médica de Clínica Geral, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., — Centro de Saúde do Bombarral.

7 de Setembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

202298062

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 16263/2009

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. de 20.08.2009:

Marília de Sousa Ferreira Dias, nomeada para a categoria de assistente graduada da carreira médica clínica geral no mapa de pessoal do IDT, IP, mediante avaliação curricular, com efeitos à data em que completou o período de oito anos de antiguidade na categoria, ou seja 01.08.2002, conforme disposto no n.º 4 do artigo 23.º do Dec. Lei n.º 73/90 de 6 de Março.

11 de Setembro de 2009. — O Delegado, *António Manuel Figueiredo Maia*.

202296742

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho n.º 21028/2009

A adopção de medidas que visam promover a qualificação de base da população portuguesa através de políticas de educação e formação destinadas a jovens e adultos corresponde a um objectivo central dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social e, como tal, está reflectida no Sistema Nacional de Qualificações, cujo regime jurídico é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

No caso específico da população adulta, a estratégia para a concretização deste grande objectivo passa em grande medida por assegurar a relevância da formação frequentada e a valorização das aprendizagens feitas ao longo da vida, no quadro do desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, e ainda da modernização das empresas e da economia. Neste âmbito, a frequência de formação de dupla certificação de acordo com referenciais que integram o Catálogo Nacional de Qualificações e o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências nos Centros Novas Oportunidades constituem dois dos pilares do Sistema Nacional de Qualificações.

Considerando que no âmbito deste Sistema, o reconhecimento, a validação e a certificação de competências se integram nas opções políticas prioritárias do XVII Governo Constitucional que visam superar os défices de qualificação da população portuguesa;

Considerando o papel determinante dos estabelecimentos de ensino enquanto promotores das ofertas de educação e formação valorizadas pelo Sistema Nacional de Qualificações e, em particular, como promotores de Centros Novas Oportunidades;

Considerando que a operacionalização dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências pressupõe a existência de capacidade técnica humana adequada nas equipas dos Centros Novas Oportunidades;